

LICITAÇÃO nº 051/2013 – DETRAN/GO – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 003/2013 - PROCESSO nº 201300025008727. DATA DA REALIZAÇÃO: 18 de fevereiro de 2014, às 09:00 hs (Horário de Brasília) LOCAL: Gerência de Licitações/DETRAN à Av. Atílio Corrêa Lima s/n, Cidade Jardim – Goiânia-GO. UNIDADE SOLICITANTE: Gerência de Gestão e Planejamento - DETRAN/GO RECURSO: Fonte 20 – Recursos Diretamente Arrecadados

1 – PREÂMBULO

O Departamento Estadual de Trânsito de **Goiás** – DETRAN/GO, através de seu Presidente, determina abertura do procedimento licitatório a ser realizado pelo **Pregoeiro/DETRAN**, usando a competência delegada na Portaria nº 665/2011 – Gab. Presidência 20/12/2011, torna público que se encontra aberta, nesta unidade, a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, para Registro de Preços, do tipo **MENOR PREÇO**, a ser realizado em sessão pública, oriunda do processo nº 201300025008727, **objetivando o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento de envelopes de segurança, destinados ao envio de CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos aos usuários de serviços do órgão através dos Correios, pelo período de 12 (doze) meses, com entrega trimestral.**

O presente certame será regido pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Federal nº 8.666, de 23 de junho de 1993, em sua redação vigente, e, a Lei Federal nº 10.520/2002; Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, Decreto Estadual nº 7.466, de 18 de outubro de 2011 ; Decreto Estadual nº 7.468, de 20 de outubro de 2011 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1.1 - Este edital está disponível aos interessados no endereço do preâmbulo acima, e publicado nos sites www.comprasnet.go.gov.br a disposição das empresas cadastradas no CADFOR-Cadastro de Fornecedores do Sistema SE@ACS da Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado do Goiás e www.detran.go.gov.br de livre acesso.

1.2 - No presente certame não serão concedidos os benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte, previstos nos artigos 7º ao 9º, da Lei Estadual nº 17.928/2012, uma vez que o valor estimado e autorizado para execução dos serviços é superior ao previsto no art. 7º, da mesma Lei, desobrigando sua aplicação, em razão de não ser vantajoso à Administração Pública, a adoção destes benefícios, podendo representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, vez que a diversidade de modelos desenvolvidos a partir da matriz, poderá inviabilizar a impressão dos envelopes de segurança em escala contínua, nos termos do inciso II, do artigo 10, da referida Lei Estadual.

2 – OBJETO

2.1 – A presente licitação tem por finalidade **o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento de envelopes de segurança, destinados ao envio de CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos aos usuários de serviços do órgão através dos Correios, pelo período de 12 (doze) meses, com entrega trimestral**, conforme especificações e quantitativos discriminados no **ANEXO I**, deste Edital.

2.2 – O **Registro de Preços** será formalizado por intermédio da Ata de **Registro de Preços**, na forma da minuta constante no **ANEXO II** e demais disposições fixadas neste Edital e seus Anexos;

2.3 – A Ata de **Registro de Preços** é um documento vinculativo, obrigacional, com características de compromisso para futura aquisição, onde se registram preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no Edital e seus Anexos, bem como nas Propostas de Preços apresentadas pelos licitantes;

2.4 – O Departamento Estadual de Trânsito de Goiás – DETRAN/GO será o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para **Registro de Preços** e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente. O Gestor responsável em gerir a presente Ata será o Presidente do DETRAN/GO, com assessoramento que o mesmo considerar pertinente;

2.5 – O valor unitário máximo de referência, para o item deste certame, representa o valor máximo que a Administração se dispõe a pagar para esta aquisição. Estes valores estão definidos no subitem 2.2 do **ANEXO I**, deste Edital, não constituindo, em hipótese alguma, garantia de recebimento.

2.6 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as aquisições que deles poderão advir.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídos, que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus Anexos, bem como estiverem devidamente credenciados perante o sistema www.comprasnet.go.gov.br.

3.2 – É vedada a participação de licitantes que não possuam expressamente em seus Estatutos ou Contratos Sociais a atividade pertinente e compatível com o objeto do presente Pregão;

3.3 – Os licitantes deverão acessar diariamente o site acima indicado a fim de tomar ciência acerca de comunicados com referência a eventuais alterações.

3.4 – Como condição para participação do presente pregão é necessário, previamente, o credenciamento, que se dará somente aos licitantes com **cadastro homologado no CADFOR** do Sistema Eletrônico de Administração de Compras e Serviços do Estado de Goiás - SE@CS, mantido pela Secretaria de Gestão e Planejamento de Goiás, e/ou ao licitante com cadastro simplificado, caso o licitante pretenda utilizar-se de outros cadastros.

3.5 – A participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação de senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento de proposta de preços em data e horário previstos no Termo de Referência, **ANEXO I**, exclusivamente por meio eletrônico.

3.6 – Não poderão participar os interessados que se encontrarem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual e, ainda, aqueles que não estiverem com o cadastro homologado no CADFOR do SE@CS.

3.7 – Como requisito para participação neste Pregão, o licitante com cadastro homologado deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico www.comprasnet.go.gov.br, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

4 – DO CADASTRAMENTO

4.1 – A participação no presente pregão eletrônico estará aberta somente aos licitantes com cadastro homologado no CADFOR (Cadastro de Fornecedores do Sistema Eletrônico de Administração de Compras e Serviços – SE@CS) da Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás, e/ou ao licitante com cadastro simplificado, caso o licitante pretenda utilizar-se de outros cadastros.

4.2 – Os interessados que não estiverem com o cadastro homologado no CADFOR do SE@CS, deverão providenciar o mesmo pelo site www.comprasnet.go.gov.br, opção “*login* do FORNECEDOR”, conforme instruções nele contidas.

4.3 – A homologação do cadastro do fornecedor só será definitiva após o envio da documentação original do licitante ao CADFOR na Secretaria de Gestão e Planejamento de Goiás.

4.4 – Para cadastramento, renovação cadastral e regularização, o interessado terá até o 5º (quinto) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas nos certames. A Secretaria de Gestão e Planejamento de Goiás terá um prazo de 04 (quatro) dias úteis, contados da apresentação dos documentos, para efetuar a

homologação do referido cadastro, havendo pendência na documentação enviada, este prazo será iniciado na reapresentação da documentação completa.

4.5 – A simples inscrição do pré-cadastro no sistema Comprasnet, não dará direito ao licitante de credenciar-se para participar deste pregão eletrônico, face que sua senha ficará bloqueada.

5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1 – O credenciamento se dará por meio da atribuição de chave de identificação e ou senha individual;

5.2 – A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso;

5.3 – O credenciamento do usuário será pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo o mesmo responsável por todos os atos praticados nos limites de suas atribuições e competências;

5.4 – O credenciamento do usuário implica sua responsabilidade legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão;

5.5 – O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.6 – O próprio sistema disponibilizará à licitante a opção de declarar-se como microempresa ou empresa de pequeno porte quando efetuar o *login* e entrar no Pregão. A não manifestação de enquadramento, quando indagado pelo sistema eletrônico, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos por lei.

6 – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1 – As propostas de preços deverão ser enviadas, na data e horários previstos no Termo de Referência, **ANEXO I**, exclusivamente através do site www.comprasnet.go.gov.br O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema, que tem pleno conhecimento e que atende às exigências de habilitação e demais condições da proposta de preços previstas no edital e seus anexos.

6.2 – Todas as condições estabelecidas para os itens, pelo Termo de Referência no **ANEXO I**, serão tacitamente aceitas pelo proponente no ato do envio de sua proposta de preço.

6.3 – O prazo de validade da proposta será de acordo com o estipulado no Termo de Referência, **ANEXO I**, a contar da data marcada para a abertura da mesma.

6.4 – Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos e encargo social – inclusive ICMS, frete até o destino, e quaisquer outros custos e ônus financeiros que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo exclusivo da licitante vencedora, em caso de contratação.

6.5 – Ao final da sessão de lances, o licitante vencedor deverá encaminhar planilha de custos, com os respectivos valores readequados ao valor ofertado e registrado de menor lance, juntamente com os documentos de habilitação, aos cuidados do Pregoeiro ou equipe de Apoio do DETRAN/GO – Gerência de Licitações, à Av. Atílio Corrêa Lima, s/nº – Cidade Jardim, Goiânia – GO. **As regras para o procedimento do envio dos envelopes deste subitem estão especificadas no Termo de Referência, ANEXO I.**

6.6 – As propostas encaminhadas pelos vencedores deverão conter, obrigatoriamente, a marca do objeto ofertado, sendo desclassificadas as propostas em desacordo.

6.6.1 – A proposta de preço deverá ser apresentada considerando-se a descrição do objeto constante apenas neste Edital.

6.6.2 – Ao término da fase de inserção das propostas, se a licitante tiver ofertado proposta com valor unitário, de qualquer item que compõe o lote de interesse, acima do preço unitário estimado, estabelecido no subitem 2.2 do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital, a mesma será desclassificada.

6.7 – Sempre que a descrição mínima do bem utilizar a terminologia “aproximada” ou “aproximadamente”, a medida do objeto ofertado deverá estar compreendida no intervalo de 10% (dez por cento) acima e 10% (dez por cento) abaixo da medida especificada.

6.8 – A proposta de preços deverá ser apresentada em moeda corrente, sendo que o valor total deverá ser apresentado em algarismos arábicos, assim como o valor total expresso por extenso. Havendo divergência entre os valores indicados, prevalecerá o valor por extenso.

6.9 – A declaração da validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura dos trabalhos licitatórios.

7 – DA SESSÃO DO PREGÃO

7.1 – Concluída a fase de credenciamento será iniciada a sessão pública do pregão, no horário previsto no Termo de Referência, **ANEXO I**, durante a qual os fornecedores registrarão suas propostas, sendo aceita somente uma proposta por item para cada fornecedor.

7.2 – Iniciada a sessão pública do pregão eletrônico, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.3 – DOS LANCES

7.3.1 – Após o término do prazo estipulado para a fase de registro de propostas, o sistema iniciará a fase competitiva, durante a qual os licitantes que registraram propostas poderão ofertar lances através do sistema eletrônico, observando o horário estabelecido no Termo de Referência, **ANEXO I**.

7.3.2 – Iniciada a etapa competitiva serão divulgadas as propostas de preços recebidas, vedada a identificação do licitante.

7.3.3 – Durante o transcurso da sessão pública eletrônica, serão divulgadas, em tempo real, todas as mensagens trocadas no chat do sistema, inclusive valor e horário do menor lance registrado apresentado pelos licitantes, vedada a identificação do licitante.

7.3.4 – O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.3.5 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, para o mesmo item, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.3.6 – Caso o proponente não realize lances, permanecerá o valor da proposta eletrônica apresentada para efeito da classificação final.

7.3.7 – No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.3.8 – Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após publicação no Diário Oficial de Goiás.

7.3.9 – Transcorrido no mínimo 15 (quinze) minutos do início da fase de lances, o Pregoeiro adotará a metodologia de encerramento da referida etapa, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema aos licitantes, após o que transcorrerá o período de tempo de 01(um) minuto, prorrogado sempre que houver novo lance, contado mais 01(um) minuto a partir de cada lance, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.3.10 – O Pregoeiro anunciará, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão acerca da aceitação da lance de menor valor, a proposta que, em consonância com as especificações contidas no edital, tenha apresentado o menor preço.

8 – DO JULGAMENTO

8.1 – O critério de julgamento será o de acordo com o determinado no Termo de Referência, **ANEXO I**.

8.2 – Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que possa ser obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação.

8.3 – Caso não se realizem lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado da contratação.

8.4 – Havendo apenas uma oferta, e, desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

8.5 – Nas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, considerar-se-ão ter havido empate.

8.6 – Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.6.1- A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

8.6.2- No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrarem no intervalo estabelecido no subitem 8.5, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro possa apresentar melhor oferta;

8.6.3- Sendo apresentada, por microempresa ou empresa de pequeno porte, nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

8.6.4- Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 8.5, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

8.6.5- O disposto no subitem 8.5, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.7 – Não havendo vencedor na cota reservada à microempresa e empresa de pequeno porte, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado

8.7.1 – Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor que o obtido na cota reservada.

8.8 – Serão desclassificadas as propostas com valor global superior aos praticados no mercado ou com preços manifestamente inexequíveis.

8.9 – Quando todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá suspender o pregão e estabelecer, imediatamente, um novo prazo de no mínimo 48 (quarenta e oito) horas para o recebimento de outras propostas ou publicar novo aviso de licitação.

8.10 – Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será adjudicado o objeto para o licitante que apresentou proposta do menor preço final.

8.11 – Se o licitante vencedor não celebrar o contrato ou instrumento equivalente ou não apresentar situação regular, é facultado à Administração examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subseqüentes, na ordem de classificação, procedendo à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstos incisos XVI e XVII do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520/02 c/c com o § 2º, do art. 64 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.12 – Quando da realização de contratação com autor de proposta subseqüente àquela classificada em primeiro lugar a Administração irá negociar o valor da contratação, procurando aproximá-lo daquele ofertado pelo primeiro colocado.

8.13 – Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no site.

9 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

O licitante vencedor deverá enviar no endereço e nas conformidades exigidas neste certame a seguinte documentação:

9.1 – CRRC- Certificado de Regularidade de Registro Cadastral expedido pelo CADFOR do Sistema SE@CS do Estado de Goiás, coordenado pela Secretaria de

Gestão e Planejamento de Goiás, atualizado e em vigência, e/ou cadastro simplificado, caso o licitante pretenda utilizar-se de outros cadastros.

9.2 – Na data da abertura do procedimento licitatório, os documentos dos subitens 9.4, 9.5 e 9.6, que estiverem com regularidade e com suas datas em vigor no CADFOR do SE@CS, estarão dispensados de apresentação pelos licitantes, com exceção ao subitem 9.5.5, quando se tratar de licitantes sediadas em outra Unidade da Federação.

9.3 – ATESTADO OU CERTIDÃO expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante tem realizado fornecimento pertinente ao objeto desta licitação ao órgão ou empresa declarante, com no máximo 24 (vinte e quatro) meses após a data de sua emissão até a data de realização deste certame.

9.4 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.4.1 – Carteira de identidade;

9.4.2 – Registro Comercial, no caso de empresa individual;

9.4.3 – Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;

9.4.4 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.4.5 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.5 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.5.1 – Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

9.5.2 – Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.5.3 – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.5.4 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

9.5.5 – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio/sede do licitante. Caso seja domiciliado/sediado em outra unidade da federação apresentar certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual de Goiás.

9.5.6 – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

9.5.7 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT).

9.6 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.6.1 – Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

9.6.2 – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. Considerar-se-á detentora de boa situação financeira a empresa de cujo Balanço ou Demonstrativo Contábil do último exercício social possam extrair elementos que comprovem o valor igual ou superior a 1 (um);

a) Apresentar a comprovação do índice de liquidez geral apurado no balanço apresentado pela proponente, extraído os seguintes elementos: I) Índice de Liquidez Corrente (ILC), igual ou superior a 1,00 (um inteiro), onde $ILC = AC/PC$ sendo que AC corresponde ao Ativo Circulante e PC corresponde a Passivo Circulante e II) Índice de Liquidez Geral (ILG), igual ou superior a 1,00 (um inteiro), onde $ILG = AC + RLP/ET$ sendo que AC corresponde ao Ativo Circulante, RLP corresponde a Realizável a Longo Prazo, ET corresponde a Exigível Total e, III) Índice de Liquidez Seca igual (ILS) ou superior a 1,00 (um inteiro), onde: LS corresponde a Liquidez Seca, AC corresponde a Ativo Circulante, ESTOQUE correspondente ao estoque da empresa descrito nas demonstrações contábeis e PC correspondente a Passivo Circulante;

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social devidamente publicado na imprensa oficial, quando se tratar de sociedades por ações, acompanhado do índice da aferição financeira exigido na alínea “a” deste subitem;

- A empresa que apresentar resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices citados no item “1” supra, quando de sua habilitação, deverá comprovar patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado, através de balanço patrimonial integralizado – do último ano base exigido em Lei.

9.7 – Nas aquisições públicas, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.7.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 04 (quatro) dias úteis para a regularização da documentação, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame.

9.7.2 – A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, verificado as condições de sua habilitação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.7.3 – A licitante vencedora deverá comprovar a condição de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), para alcance dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, através de documentação hábil.

9.8 – Todos os documentos deverão estar com prazo vigente, e para as certidões que não mencionarem prazo de validade, considerar-se-ão o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua expedição.

10 – DOS RECURSOS

10.1 – Declarado o vencedor, ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar, exclusivamente por meio eletrônico (em formulário próprio), motivadamente, no prazo de até 10 (dez) minutos, a intenção de recorrer da decisão do Pregoeiro, com registro da síntese de suas razões. Será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contra-razões, se quiserem, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo do recorrente.

10.1.1 – As razões de recurso, bem como as contra-razões deverão ser entregues aos cuidados do Pregoeiro ou equipe de Apoio do DETRAN/GO – Gerência de Licitações, à Av. Atílio Corrêa Lima, s/nº – Cidade Jardim, Goiânia

– GO. A Gerência de Licitações não se responsabiliza por memoriais entregues em outros setores do DETRAN/GO.

10.2 – Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados pelo chat ou por fax.

10.3 – Os recursos impetrados exclusivamente para postergar e preterir o normal andamento desta licitação e ainda aqueles sem respaldo ou fundamentação legal, serão sumariamente indeferidos na própria sessão, pelo Pregoeiro que externará através do chat, as causas de sua inadmissibilidade.

10.4 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará decadência do direito de recurso.

10.5 – Os recursos serão decididos no prazo de até 03 (três) dias úteis, podendo este prazo ser dilatado até o dobro, por motivo justo.

10.6 – O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.7 – O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os licitantes via fax, e-mail, ou ainda através do site www.comprasnet.go.gov.br.

11 – AMOSTRAS

11.1 – O Licitante vencedor do certame terá de encaminhar em até 03 (três) dias úteis, do final do prazo recursal ou da publicação do julgamento do recurso, uma amostra do item, de acordo com os requisitos previstos neste Edital e seus anexos.

11.2 – A amostra deverá ser entregue na Gerência de Gestão e Planejamento, situada a Av. Atílio Correia Lima s/nº - Cidade Jardim – Goiânia-GO, ao Gerente Sr. Eduardo Chacon, em dias úteis das 09:00 as 11:00 e 14:00 as 17:00 horas.

11.3 – O não cumprimento dos subitens 11.1 e 11.2 acarretaram a inabilitação do licitante, bem como as providencias elencadas nos subitens 8.10 e 8.11 deste edital.

11.4 – A amostra será avaliada, podendo ser aprovada ou reprovada, devidamente justificada, pela Gerência de Material e Patrimônio do DETRAN.

11.5 – A amostra será avaliada imediatamente pela Gerência de Gestão e Planejamento do DETRAN.

11.6 – O Termo de Avaliação da amostra devera ser entregue aos cuidados do Pregoeiro ou equipe de Apoio do DETRAN/GO – Gerência de Licitações, à Av. Atílio

Corrêa Lima, s/nº – Cidade Jardim, Goiânia – GO. A Gerência de Licitações não se responsabiliza por memoriais entregues em outros setores do DETRAN/GO.

12 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 – Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro após o recebimento e conferência dos memoriais originais do participante melhor colocado, adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade competente.

12.2 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao licitante vencedor e a Autoridade superior homologará a licitação.

13 – DA CONVOCAÇÃO DO VENCEDOR

13.1 – Homologado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante vencedor será convocado para assinar o contrato ou instrumento equivalente, no prazo estipulado no Termo de Referência, **ANEXO I**, conforme teor da proposta aceita.

13.2 – O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para dar o aceite na Nota de Empenho ou firmar outro documento equivalente.

13.3 – O representante legal do licitante que tiver apresentado a proposta vencedora deverá assinar o contrato, dentro das formalidades e do prazo estipulado no Termo de Referência, **ANEXO I**, a contar do recebimento da comunicação, através de FAX, Correio ou e-mail.

13.4 – Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

14 – DO PAGAMENTO

14.1 – O pagamento será efetuado pela Gerência de Finanças do DETRAN/GO, em moeda corrente, através de Ordem de Pagamento, no prazo estipulado no Termo de Referência, **ANEXO I**.

14.1.1 – Serão descontados na ocasião do pagamento os tributos previstos para serem retidos na fonte, conforme previsão legal.

14.1.2 – Ocorrendo eventual atraso de pagamento, serão acrescidos juros de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, calculado sobre o valor faturado a título de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a

data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento.

14.2 – A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária estabelecida no Termo de Referência, **ANEXO I**.

14 – DA VIGÊNCIA DA ATA

14.1 – A Ata de **Registro de Preços** terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, fazendo-se imprescindível sua publicação na imprensa oficial.

14.2 – Durante seu prazo de validade, as propostas selecionadas no **Registro de Preços** ficarão à disposição da Administração, para que se efetuem as aquisições nas oportunidades e quantidades necessárias, até o limite estabelecido.

15 – DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1 – Será registrado o preço da licitante vencedora, conforme ordem de classificação, observando-se o seguinte:

15.2 – O preço registrado e a indicação do respectivo fornecedor será divulgado em órgão oficial da Administração e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

15.3 – A existência de preço registrado não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a ela a utilização de outros meios previstos em lei. O beneficiário do **Registro de Preços**, em igualdade de condições, tem direito à preferência para a contratação, dentro dos limites previstos, no prazo de validade estabelecido e das condições da proposta, tantas vezes quantas necessitar a Administração.

16 – DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 – A Ata de Registro de Preços, excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, poderá sofrer alterações, obedecida as disposições legais;

16.2 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao DETRAN/GO promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

16.3 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o DETRAN/GO deverá:

16.3.1- Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

16.3.2- Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

16.3.3- Convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

16.4 – Quando o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o DETRAN/GO poderá:

16.4.1- Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

16.4.2- Convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

16.5 – Não havendo êxito nas negociações, o DETRAN/GO deverá proceder à revogação da Ata de **Registro de Preços**, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16.6 – O fornecedor ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do seu valor inicial atualizado.

17 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

17.1 – O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

17.1.1- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

17.1.2- Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

17.1.3- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

17.1.4- Tiver presentes razões de interesse público;

17.1.5- Por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do beneficiário, ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado;

17.2 – O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas no subitem 17.1 acima, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do DETRAN/GO;

17.3 – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado;

17.4 – A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

17.4.1- por decurso de prazo de vigência;

17.4.2- quando não restarem fornecedores registrados.

18 – DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 – A Ata de **Registro de Preços**, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não seja partícipe no item ou lote específico do certame licitatório, mediante prévia consulta à unidade gerenciadora, desde que devidamente comprovada a vantagem;

18.2 – Os órgãos e as entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de **Registro de Preços**, deverão manifestar seu interesse junto à unidade gerenciadora da Ata, para que esta indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a ser praticada, obedecida a ordem de classificação;

18.3 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação do serviço, desde que não haja prejuízo às obrigações anteriormente assumidas;

18.4 – Em relação aos órgãos e às entidades aderentes à Ata de Registro de Preços, as aquisições a que se refere o subitem 18.1 não poderão exceder, por ente federado, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na respectiva Ata;

18.5 – A Ata de Registro de Preços será assinada pela autoridade competente e pelo adjudicatário, vinculando-se este último ao cumprimento de todas as condições de sua proposta, cujo preço foi registrado, e às normas editalícias e legais durante toda a vigência da Ata;

18.6 – No procedimento de adesão a lote de Ata de Registro de Preços é permitida a contratação de fornecimento parcial dos bens ou serviços nela constantes, desde que isso não desequilibre a proposta cujo preço foi registrado para o lote.

19 – DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

19.1 – O fornecedor registrado será convocado para, no prazo de até 05 (cinco) dias a partir da notificação, assinar o Contrato, conforme minuta constante do **ANEXO III**, podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que ocorra motivo justificado;

19.2 – A recusa injustificada do fornecedor registrado em assinar o contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas em lei, exceção feita às licitantes que se negarem a aceitar a contratação, fora da validade da Ata de **Registro de Preços**;

19.3 – O prazo de vigência do contrato a ser celebrado será de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado, se for interesse das partes, nos termos do art. 57, Lei Federal nº 8.666/93.

19.4 – Como condição para celebração do contrato e durante a vigência contratual, o fornecedor registrado deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

19.5 – Os preços serão fixos e irremovíveis pelo período de 12 (doze) meses contados da apresentação da proposta. Após este período será utilizado o IGPM (FGV) como índice de reajustamento;

19.6 – Quando, antes da data de reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato ou da Ata de **Registro de Preços**, para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da Administração ou fato do príncipe, o prazo para reajuste contratual será contado a partir da data da referida revisão, para evitar acumulação injustificada;

19.7 – As exigências dos serviços, as quantidades, os prazos, bem como as demais condições constam no Termo de Referência, **ANEXO I** e no instrumento contratual a ser celebrado com o fornecedor registrado, conforme Minuta de Contrato, **ANEXO III** deste Edital;

19.8 – Como condição para celebração do contrato e durante a vigência do ajuste, sempre que a Administração o requerer, o fornecedor registrado deverá apresentar relação de todos os sócios que compõem seu quadro social.

20 – DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 – O pagamento será efetuado pela Gerência de Finanças do DETRAN/GO, em moeda corrente, através de Ordem de Pagamento, no prazo estipulado no Termo de Referência, **ANEXO I**.

20.1.1 – Serão descontados na ocasião do pagamento os tributos previstos para serem retidos na fonte, conforme previsão legal.

20.1.2 – Ocorrendo eventual atraso de pagamento, serão acrescidos juros de mora de 0,5% a.m, sobre o respectivo valor faturado; como critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento.

20.2 – A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária consignados no orçamento do DETRAN/GO, para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo do DETRAN/GO, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

21 – DAS MULTAS E SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

21.1 – A recusa do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços, bem como o instrumento do contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo DETRAN/GO, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do objeto deste Pregão, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida, permitindo a Administração à aplicação das sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93.

21.2 – As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, facultada ampla defesa ao fornecedor, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação do ato, sendo facultada a produção de todas as provas admitidas em direito, por iniciativa e a expensas daquele que a indicou, conforme a Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012.

21.3 – A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, além das penalidades previstas no subitem 22.1, poderá acarretar à contratada multa de mora, de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites:

21.3.1- 10 % (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

21.3.2- 0,3 % (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não cumprido;

21.3.3- 0,7 % (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento, por cada dia subsequente ao trigésimo.

22 – DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 – Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após o registro da proposta no sistema, não serão aceitas alegações de desconhecimento.

22.2 – É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar aos Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

22.3 – A presente licitação somente poderá ser revogada por interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.4 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

22.5 – Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios, resultantes da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro, sistema, ou ainda dos prejuízos resultantes de sua desconexão do sistema.

22.6 – Qualquer cidadão ou licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão, conforme Decreto Estadual nº 7.468, de 20 de outubro de 2011.

22.7 – A não solicitação de informações complementares por parte de alguma proponente, implicará na tácita admissão de que as informações técnicas e jurídicas foram consideradas suficientes.

22.8 – A petição de questionamentos ou impugnação será dirigida ao Pregoeiro, que decidirá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

22.8.1 – Os atos de impugnação do certame serão formulados por escrito e deverão ser protocolados na Gerência de Licitações, no endereço do rodapé, e deverá ainda, estar acompanhada do estatuto social da empresa, quando o sócio ou proprietário ser o portador do ato protocolar, e de instrumento de procuração pública ou particular, com firma reconhecida, do representante legal da empresa, da qual constem poderes específicos para os atos do referido tema ao procurador portador, se este for o protocolador do ato.

22.8.1.1 – A contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos serão feita da seguinte forma: excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos só iniciam e vencem em dias de expediente do DETRAN/GO.

22.8.2 – Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

22.9 – A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 79 e 80, Lei Federal nº 8.666/93.

22.10 – O resultado do presente certame será divulgado no endereço eletrônico www.comprasnet.go.gov.br e www.detran.go.gov.br, no quadro mural da CPL/DETRAN, os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Placar de Avisos da Gerência de Licitações do DETRAN, e fatos de conhecimento e intimação serão comunicados aos interessados via eletronicamente ou via fax.

22.11 – Independente das impugnações e dos recursos previstos, qualquer licitante, contratado, pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas – TCE e/ou, órgãos integrantes do Sistema de Controle Interno do Governo do Estado de Goiás, inclusive o órgão encarregado do controle e acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios firmados por órgãos da Administração Pública estadual, e, ainda, ao Ministério Público Estadual, contra irregularidades na aplicação deste Edital.

22.12 – Maiores informações sobre as especificações dos objetos licitados poderão ser obtidas com o Sr. Eduardo Chacon – Gerência de Gestão e Planejamento do DETRAN/GO, pelo telefone (62) 3272-8202, em horário comercial.

23 - INTEGRA O PRESENTE EDITAL:

23.1 – ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

23.2 – ANEXO II – MINUTA CONTRATUAL;

23.3 – ANEXO III – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

23.4 – ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR;

23.5 – ANEXO V – COMPROVANTE DE RECIBO DO EDITAL.

Gerência de Licitações do DETRAN, Goiânia-GO, aos 28 dias do mês de fevereiro de 2014.

Alexandre Maia Garrote
Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Eletrônico nº **051/2013**– DETRAN/GO.

Registro de Preços nº 003/2013.

Processo nº **201300025008727**.

1 – INTRODUÇÃO:

1.1 – A abertura do presente procedimento licitatório, com a finalidade de **Registrar Preços em decorrência da necessidade de contratação de empresa especializada para o fornecimento de envelopes de segurança, destinado ao envio de Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos – CRLV aos usuários de serviços do órgão através dos Correios, pelo período de 12 (doze) meses, com entrega trimestral**, em atendimento a Requisição de Despesas nº 010/2013 – Gerência de Gestão e Planejamento, anexado aos autos.

1.2 – A sessão de processamento deste pregão será realizada em sessão pública através do site www.comprasnet.go.gov.br onde serão abertos e desenvolvidos os trabalhos licitatórios do presente certame, conduzido pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe, com os prazos e datas abaixo:

1.3 – As Propostas Comerciais/Credenciamentos deverão ser encaminhadas, através do site www.comprasnet.go.gov.br, no período compreendido entre as 09:00 horas e às 10:00 horas do dia 18 de fevereiro de 2014.

1.4 – A abertura da fase competitiva terá início previsto para o dia 18 de fevereiro de 2013, às 10:10 horas.

1.5 – Após o fechamento do lote, o mesmo estará impedido de receber novos lances.

1.5.1 – Transcorrido no mínimo 15 (quinze) minutos do início da fase de lances, o Pregoeiro poderá adotar a metodologia de encerramento da referida etapa, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema aos licitantes, após o que transcorrerá o período de tempo de 01(um) minuto, prorrogado sempre que houver novo lance, contado mais 01(um) minuto a partir de cada lance, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

1.6 – Para todas as referências de tempo contidas neste edital será observado o horário oficial de Brasília - DF.

1.7 - A proposta de preços valores readequados ao valor ofertado e registrado de menor lance e os documentos para habilitação deverão ser encaminhadas pelo próprio licitante vencedor através do **e-mail: licitação@detran.go.gov.br, em até 02 (duas) horas após o término da sessão**, e os **originais**, deverão ser encaminhados para a Gerência de Licitações do DETRAN/GO, sito à Av. Atílio Corrêa Lima, s/nº, Cidade Jardim – Goiânia – GO, CEP 74.425-901, e apresentados, em **até 05 (cinco) dias úteis**, e estarem separados, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além da identificação com nome, endereço, CNPJ da proponente e nome do Pregoeiro, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – **PROPOSTA**
Pregão Eletrônico nº **051/2013**– DETRAN/GO
Processo nº **201300025008727**.

Envelope nº 2 – **DOCUMENTAÇÃO**
Pregão Eletrônico nº **051/2013**– DETRAN/GO
Processo nº **201300025008727**.

1.8 – Os envelopes exigidos no subitem 1.7 deverão ser entregues no endereço citado, pessoalmente ao Pregoeiro ou aos membros da Equipe de Apoio. A Gerência de Licitações não se responsabiliza por memoriais entregues em outros setores do DETRAN/GO. Não caberá ao licitante questionar posteriormente a validade de qualquer entrega, direcionada para qualquer outra pessoa.

2 – OBJETO

2.1 – O objeto requisitado para esta contratação, com definição no item seguinte, terá seu julgamento do tipo: **Menor Preço**.

2.2 – Definição do objeto a ser adquirido, através do presente Pregão Eletrônico:

Item	Especificação do Produto	Qtd/ano	VI. Unit. Mil/R\$	Cod. Compras NET
01	Envelope de segurança confeccionado em polietileno co-extrudado, opaco, impermeável e de maior resistência ao rasgo e punctura, contendo sistema de fechamento adesivo: fita de segurança "void" (violado), com adesivo termoplástico especial e protegido por fita plástica siliconizada. Fita void: tarja de letras auto-adesivas onde, em caso de violação, as citadas letras ficam grudadas no adesivo, ficando assim impossível o encaixe das letras novamente. Faixa adesiva para colagem de "AR" de 50 X 10 mm; Dimensões: 150x 270 mm de aba; Cor: Branca; Impressão: 4 cores	625000	R\$ 0,23	40634

2.3 – Todos os produtos deverão ser de primeira qualidade;

2.4 – A Contratada deverá entregar os produtos trimestralmente, requisitada pelo Gestor do contrato, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, nas quantidades solicitadas pelo DETRAN/GO;

2.5 – As entregas deverão ser realizadas das 08:30 às 11:00 e das 14:30 às 17:00, de segunda a sexta-feira, sendo todos os produtos entregues na sede do DETRAN/GO, Setor de Almoxarifado do DETRAN/GO – Bloco 12 - situado na Av. Atílio Correa Lima, s/n, Cidade Jardim, Goiânia-GO.

2.5.1 - OBSERVAÇÃO:

2.5.1.1- Dúvida sobre as especificações do objeto NÃO será sanada no chat, local que proporciona a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes. Maiores informações sobre a especificação do objeto a ser licitado poderá ser obtida com ao **Sr. Eduardo Chacon – Gerência de Gestão e Planejamento** do DETRAN/GO, **pelo telefone (62) 3272-8202**, em horário de expediente, nos termos do subitem 17.12, do edital.

3 - CONDIÇÕES GERAIS

3.1 – O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança do objeto ofertado, não podendo apresentar deficiências técnicas, assim como pela adequação do mesmo às exigências do instrumento convocatório.

3.2 – Todos os serviços de execução deverão estar inclusos na proposta sem quaisquer ônus para o DETRAN/GO.

4 – DOS PRAZOS

4.1 – A adjudicatária deverá no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer ao Setor Competente do DETRAN/GO, Avenida Atílio Corrêa Lima, s/nº – Cidade Jardim – Goiânia-Goiás, para assinar o contrato.

4.2 – A declaração da validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura dos trabalhos licitatórios.

4.3 – Prazo de pagamento: até 30 (trinta) dias, do mês subsequente ao da prestação dos serviços, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, onde constem todas as publicações efetuadas no mês, devidamente atestadas pelo setor competente.

4.3.1 – Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item anterior passará a ser contado da data da sua reapresentação.

4.3.2 – Para efeitos de emissão de Nota Fiscal o CNPJ do DETRAN/GO é nº 02.872.448/0001-20.

5 - OS RECURSOS FINANCEIROS PARA PAGAMENTO DO OBJETO SÃO CLASSIFICADOS DA SEGUINTE FORMA:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIÁS		
DESCRIÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
Unidade Orçamentária	4803	Dep Est de Transito de Goiás DETRAN
Função	6	Segurança Pública
Sub-função	122	Administração Geral
Programa	4001	Programa de Apoio Administrativo
Ação	4001	Apoio Administrativo
Grupo de Despesa	3	Outras Despesas Correntes
Fonte de Recurso	20	Recursos Diretamente Arrecadados

6 – DAS OBRIGAÇÕES

6.1 – DO LICITANTE VENCEDOR

6.1.1 – A vencedora, se obriga a cumprir todas as exigências mínimas deste edital e executar o objeto com qualidade, atendendo as condições e quantidades estipuladas.

6.1.2 - Será de responsabilidade do vencedor, todas as despesas em sua totalidade, e ainda as com tributos fiscais trabalhistas e sociais, que incidam ou venha a incidir, diretamente e indiretamente sobre o objeto adjudicado.

6.2 – DO DETRAN/GO

6.2.1 - O contratante fiscalizará e inspecionará os objetos entregues, podendo rejeitá-los, quando estes não atenderem ao definido.

6.2.2 - Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita do vencedor, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, se ocorrer.

7 – DO FORO

7.1 - A interpretação e aplicação dos termos dessa aquisição serão regidas pelas leis brasileiras e o foro da comarca de Goiânia, Estado de Goiás, terá competência sobre qualquer controvérsia resultante deste certame, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Gerência de Licitações do DETRAN, Goiânia-GO, aos 28 dias do mês de fevereiro de 2014.

Alexandre Maia Garrote
Pregoeiro

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2013.

Aos _____ dias do mês de _____ de dois mil e treze (2013), pelo presente instrumento o DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIÁS – DETRAN/GO, Autarquia estadual, com sede em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, à Avenida Atílio Correa Lima, s/nº, Cidade Jardim, CEP 74.425-901, inscrito no CNPJ sob o nº 02.872.448/0001-20, neste ato representado pelo seu Presidente, SEBASTIÃO VAZ DA SILVA Cel. PM R/R, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 11.843 – PM/GO – inscrito no CPF sob o nº 194.642.311.49, pelo seu Diretor Gestão, Planejamento e Finanças, GERALDO MARGELA DA SILVA Cel. PM R/R, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade nº 12.799 - PM/GO, inscrito no CPF sob o nº 221.596.221-68, pelo seu Diretor Técnico e de Atendimento, HORÁCIO MELLO E CUNHA SANTOS, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 1.489.866 - SSP/GO, inscrito no CPF sob o nº 397.593.771-97 e pelo seu Diretor de Operações, MARCIO VICENTE DA SILVA Ten Cel PM, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 24.382 - PM/GO, inscrito no CPF sob o nº 601.385.131.04, residentes e domiciliados nesta Cidade, doravante denominado DETRAN/GO, resolvem REGISTRAR O PREÇO do fornecedor abaixo indicado, doravante denominado apenas FORNECEDOR, vencedor do Pregão Eletrônico nº 051/2013, sob o regime de compras pelo **REGISTRO DE PREÇOS, objetivando o Registrar Preços em decorrência da necessidade de contratação de empresa especializada para o fornecimento de envelopes de segurança, destinado ao envio de Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos – CRLV aos usuários de serviços do órgão através dos Correios, pelo período de 12 (doze) meses, com entrega trimestral**, em conformidade com as disposições Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Federal nº 8.666, de 23 de junho de 1993, em sua redação vigente, e, a Lei Federal nº 10.520/2002; Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, Decreto Estadual nº 7.466, de 18 de outubro de 2011; Decreto Estadual nº 7.468, de 20 de outubro de 2011 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como o Edital do Pregão Eletrônico nº 051/2013 e Processo Administrativo nº 201300025008727:

FORNECEDOR DETENTOR DO REGISTRO: _____

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto a licitação objetivando o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada para o fornecimento de envelopes de segurança, que serão utilizados no envio de Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos-CRLV, trimestralmente, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 051/2013 e seus anexos e Proposta apresentada pela licitante vencedora, pelo valor unitário de R\$ (.....) e total de R\$ (.....) cuja documentação passa a fazer parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL

Este Registro de Preço resulta de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, conforme Processo nº **201300025008727** e Edital de chamamento registrado sob o número 051/2013, que passará a fazer parte integrante deste e a ele vinculando-se diretamente, independente de sua transcrição, bem como Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

II – Para todos os produtos deverão ser prestada garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses.

III – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a ela a utilização de outros meios previstos na Lei. O beneficiário do registro de preços, em igualdade de condições, tem direito à preferência para a contratação, dentro dos limites previsto, do prazo de validade estabelecido e das condições da proposta, tantas vezes quantas necessitar a Administração;

IV – Durante seu prazo de validade, as propostas selecionadas no registro de preços ficarão à disposição da Administração, para que se efetuem as contratações nas oportunidades e quantidades necessárias.

CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não seja partícipe no item ou lote único do certame licitatório, mediante prévia consulta ao DETRAN/GO, desde que devidamente comprovada a vantagem;

II – Os órgãos e as entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao DETRAN/GO, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;

III – Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação do serviço, desde que não haja prejuízo às obrigações anteriormente assumidas;

IV – Em relação aos órgãos e às entidades aderentes à Ata de Registro de Preços, as aquisições a que se refere esta Cláusula não poderão exceder, por ente federado, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na respectiva Ata;

V – A Ata de Registro de Preços será assinada pela autoridade competente e pelo adjudicatário, vinculando-se este último ao cumprimento de todas as condições previstas no instrumento, cujo preço foi registro, e às normas editalícias e legais durante toda a vigência da Ata;

VI – No procedimento de adesão a lote de Ata de Registro de Preços, é permitida a contratação de fornecimento parcial dos bens nela constantes, desde que isso não desequilibre a proposta cujo preço foi registrado para o lote.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR DETENTOR DO PREÇO REGISTRADO

I – Todos os encargos decorrentes de possíveis contratos, tais como: obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias ou quaisquer outras, serão de exclusiva responsabilidade do FORNECEDOR;

II – O FORNECEDOR se obriga a cumprir os termos previstos na presente Ata e a responder todas as consultas feitas pelo DETRAN/GO no que se refere ao atendimento do objeto;

III – O FORNECEDOR ficará obrigado a manter, durante a vigência desta Ata e Contrato, todas as condições de habilitação exigidas pela Lei;

IV – O FORNECEDOR obriga-se a atender ao objeto desta Ata de acordo com as especificações e critérios estabelecidos no Edital de Licitação, seus anexos, Proposta apresentada, e ainda:

- a) Atender as obrigações previstas em lei e normas aplicáveis;
- b) Demais exigências da Lei Fed. nº 8.666/93.

V – Além das obrigações contidas no Edital e seus anexos, e nesta Ata, cabe AO DETRAN/GO:

- a) Modificar, unilateralmente, os contratos, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original e respeitados os demais direitos e rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no artigo 78, e na forma disposta pelo artigo 79, e consequências previstas no artigo 80, todos os artigos da Lei Federal nº 8.666/93.
- b) Fiscalizar a execução dos contratos;
- c) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
- d) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada de acordo com os termos do Edital e seus anexos;
- e) Demais obrigações previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA, DOS PRAZOS E DO RECEBIMENTO

I – Em cada fornecimento, o prazo de entrega não poderá 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato (ou documento equivalente), conforme demanda;

II – O DETRAN/GO determinará qual será a demanda e verificará todas as suas condições e especificações, em conformidade com esta Ata;

III – Os produtos fornecidos pela Contratada deverão estar em conformidade com as especificações técnicas descritas neste Edital e ser entregues no pátio do DETRAN/GO na Coordenadoria de Manutenção e Transportes e o recebimento se dará pelo Gestor devidamente designado pelo Presidente do DETRAN/GO;

IV – Os produtos estarão sujeitos a serem substituídos, desde que comprovada a não compatibilidade dos produtos entregues com o estabelecido na Ata e no contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

I – A contratação será formalizada por intermédio do contrato. O FORNECEDOR será convocado para, no prazo de 05 (cinco) dias a partir da notificação, assinar o contrato, conforme Anexo III, podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que ocorra motivo justificado;

II – A recusa injustificada do FORNECEDOR registrado em assinar o contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas em Lei, exceção feita às licitantes que se negarem a aceitar a contratação, fora da validade da Ata de Registro de Preço;

III – O prazo de vigência do contrato a ser celebrado será de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura, e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás;

IV – Como condição para celebração do contrato e durante a vigência contratual, o FORNECEDOR registrado deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

V – Como condição para celebração do contrato e durante a vigência do ajuste, sempre que o DETRAN/GO o requerer, o FORNECEDOR deverá apresentar relação dos sócios que compõem seu quadro social.

CLÁUSULA OITAVA – DO FATURAMENTO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO

I – O pagamento será efetuado pela Gerência de Finanças do DETRAN/GO, em moeda corrente, através de Ordem de Pagamento;

II – Serão descontados na ocasião do pagamento os tributos previstos para serem retidos na fonte, conforme previsão legal;

III – Ocorrendo eventual atraso de pagamento, serão acrescidos juros de mora de 0,5% am, sobre o respectivo valor faturado; como critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;

IV – O DETRAN/GO terá até 30 (trinta) dias, do mês subsequente ao da entrega dos produtos, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, onde constem todos os produtos entregues, devidamente atestadas pelo setor competente;

V – Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no inciso anterior passará a ser contado da data da sua reapresentação;

VI – Os preços serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses contados da apresentação da proposta. Após este período será utilizado o IPC-A (IBGE) como índice de reajustamento. Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato ao da Ata de Registro de Preços, para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da Administração ou fato do príncipe, o prazo para o reajustamento contratual será contado a partir da data da referida revisão, para evitar acumulação injustificada.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

I – A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária consignados no orçamento do DETRAN/GO, para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo do DETRAN/GO, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

I – A Ata de Registro, excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições legais;

II – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao DETRAN/GO promover as necessárias negociações junto aos FORNECEDORES;

III – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o DETRAN/GO deverá:

a) Convocar o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) Frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

c) Convocar os demais FORNECEDORES visando a igual oportunidade de negociação.

IV – Quando o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o DETRAN/GO poderá:

a) Liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

b) Convocar os demais FORNECEDORES visando a igual oportunidade de negociação.

V – Não havendo êxito nas negociações, o DETRAN/GO deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

VI – O FORNECEDOR ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do seu valor inicial atualizado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

I – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) Por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do beneficiário, ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado;

II – O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas no inciso I acima, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do DETRAN/GO;

III – O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados;

IV – A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Quando não restarem fornecedores registrados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, o descumprimento das obrigações e demais condições desta Ata e possível contrato, sujeitará a aplicação das seguintes penalidades:

I – A recusa do FORNECEDOR em assinar o instrumento do contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo DETRAN/GO, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do objeto deste Pregão, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida, permitindo a Administração à aplicação das sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93.

II – As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, facultada ampla

defesa ao FORNECEDOR, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

III – A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, além das penalidades previstas no inciso I, poderá acarretar à contratada multa de mora, de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites:

a) 10 % (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

b) 0,3 % (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não cumprido;

c) 0,7 % (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento, por cada dia subsequente ao trigésimo.

Parágrafo Único – Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido ao FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo DETRAN/GO ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMATERCEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DO GERENCIAMENTO DA ATA

O Departamento Estadual de Trânsito de Goiás – DETRAN/GO será o Órgão Gerenciador responsável pela prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços. O Gestor responsável em gerir a Ata de Registro de Preços será o Presidente do DETRAN/GO, com assessoramento que o mesmo considerar pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – Integram esta Ata, a proposta vencedora do FORNECEDOR XXXXXXXX, CNPJ XXXXXXXXXXXX, classificado em 1º lugar, bem como o Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2013 e seus anexos, independente de transcrição.

II – Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de Termo Aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

III – Fica eleito o foro de Goiânia/GO para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

IV – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes.

V – A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa Oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração.

E, por as partes estarem ajustadas e compromissadas, assinam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

GABINETE DO PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIÁS – DETRAN/GO, em Goiânia, aos _____ dias do mês de de _____.

Pelo DETRAN/GO:

Diretor Gestão, Planejamento e Finanças

Diretor Técnico e de Atendimento

Diretor de Operações

Presidente

Pelo FORNECEDOR:

Representante Legal

Testemunhas:

1ª Testemunha _____ CPF _____
2ª Testemunha _____ CPF _____

ANEXO ÚNICO DA ATA**Processo nº 201300025008727****Contrato nº _____/2013.**

Item	Especificação do Produto	Qtd/ano	VI. Unit. Mil/R\$	Cod. Compras NET
01	Envelope de segurança confeccionado em polietileno co-extrudado, opaco, impermeável e de maior resistência ao rasgo e punctura, contendo sistema de fechamento adesivo: fita de segurança "void" (violado), com adesivo termoplástico especial e protegido por fita plástica siliconizada. Fita void: tarja de letras auto-adesivas onde, em caso de violação, as citadas letras ficam grudadas no adesivo, ficando assim impossível o encaixe das letras novamente. Faixa adesiva para colagem de "AR" de 50 X 10 mm; Dimensões: 150x 270 mm de aba; Cor: Branca; Impressão: 4 cores	625000	R\$	40634

GABINETE DO PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIÁS – DETRAN/GO, em Goiânia, aos ___ dias do mês de de _____.

Pelo DETRAN/GO:

Diretor Gestão, Planejamento e Finanças

Diretor Técnico e de Atendimento

Diretor de Operações

Presidente

Pelo FORNECEDOR:

Representante Legal

A N E X O III

MINUTA CONTRATUAL

Contrato nº ____/ 2013

Registrar Preços em decorrência da necessidade de contratação de empresa especializada para o fornecimento de envelopes de segurança, destinado ao envio de Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos – CRLV aos usuários de serviços do órgão através dos Correios, pelo período de 12 (doze) meses, com entrega trimestral, que entre si fazem o DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIÁS – DETRAN/GO e a empresa....., sob as condições abaixo:

O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIÁS – DETRAN/GO, Autarquia estadual, com sede em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, à Avenida Atílio Correa Lima, s/nº, Cidade Jardim, CEP 74.425-901, inscrito no CNPJ sob o nº 02.872.448/0001-20, neste ato representado pelo seu Presidente, SEBASTIÃO VAZ DA SILVA Cel PM R/R, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 11.843 – PM/GO – inscrito no CPF sob o nº 194.642.311.49, pelo seu Diretor Gestão, Planejamento e Finanças, GERALDO MARGELA DA SILVA Cel. PM R/R, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade nº 12.799 - PM/GO, inscrito no CPF sob o nº 221.596.221-68, pelo seu Diretor Técnico e de Atendimento, HORÁCIO MELLO E CUNHA SANTOS, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 1.489.866 - SSP/GO, inscrito no CPF sob o nº 397.593.771-97 e pelo seu Diretor de Operações, MARCIO VICENTE DA SILVA Ten Cel PM, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 24.382 - PM/GO, inscrito no CPF sob o nº 601.385.131.04, residentes e domiciliados nesta Cidade, doravante denominado DETRAN/GO e, de outro lado, a empresa, sediada à, inscrita no CNPJ sob o nºrepresentada, pelo sócio, doravante denominada apenas CONTRATADA têm, entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato para o ***Registrar Preços em decorrência da necessidade de contratação de empresa especializada para o fornecimento de envelopes de segurança, destinado ao envio de Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos – CRLV aos usuários de serviços do órgão através dos Correios, pelo período de 12 (doze) meses, com entrega trimestral,*** em conformidade com as

disposições da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Federal nº 8.666, de 23 de junho de 1993, em sua redação vigente, e, a Lei Federal nº 10.520/2002; Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, Decreto Estadual nº 7.466, de 18 de outubro de 2011; Decreto Estadual nº 7.468, de 20 de outubro de 2011 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. Imprescindível, também, o cumprimento das cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada para o fornecimento de envelopes de segurança, que serão utilizados no envio de Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos-CRLV, trimestralmente, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com o Edital seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL

A aquisição resulta de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 051/2013, Ata de Registro de Preços nº 003/2013, conforme Processo nº 201300025008727 e Edital de chamamento registrado sob o nº de ordem ___/2013, que passará a fazer parte integrante deste e a ele vinculando-se diretamente, independente de sua transcrição, bem como Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Federal nº 8.666, de 23 de junho de 1993, em sua redação vigente, e, a Lei Federal nº 10.520/2002; Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, Decreto Estadual nº 7.466, de 18 de outubro de 2011; Decreto Estadual nº 7.468, de 20 de outubro de 2011 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA**, para fiel execução deste contrato, obrigar-se-á:

I – Atender ao objeto deste contrato de acordo com as especificações e critérios estabelecidos no Edital de Licitação, seus anexos e Proposta apresentada;

II – Cumprir os termos previstos na presente Ata e a responder todas as consultas feitas pelo DETRAN/GO no que se refere ao atendimento do objeto;

III – Fornecer garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses, para todos os bens entregues;

IV – Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e segurança do objeto ofertado, não podendo apresentar deficiências técnicas, assim como pela adequação do mesmo às exigências deste ajuste, bem como Anexo Único;

V – As entregas deverão ser efetuadas no Setor de Almoxarifado do DETRAN/GO – Bloco 12 e que os materiais serão entregues conforme a necessidade de cada Unidade via sistema (SIGMATE). Todos os produtos deverão ser de primeira qualidade. A Contratada deverá entregar os produtos trimestralmente, requisitada pelo Gestor do contrato, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, nas quantidades solicitadas pelo DETRAN/GO. As entregas deverão ser realizadas das 08:30 às 11:00 e das 14:30 às 17:00, de segunda a sexta-feira, sendo todos os produtos entregues na sede do DETRAN/GO, situado na Av. Atílio Correa Lima, s/n, Cidade Jardim, Goiânia-GO.

VI – Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas pela Lei;

VII - Executar integralmente o objeto deste contrato, sendo vedada sua transferência a terceiros;

VIII – Propiciar à fiscalização do DETRAN/GO e os meios necessários para averiguação de quaisquer dados que a mesma julgar necessário.

IX – Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste contrato, assim como taxas, impostos e quaisquer outras exigências legais ou regulamentares que venham incidir sobre este contrato;

X – Manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações nele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no Edital;

XI – Responder pelos danos de qualquer natureza, que venha a sofrer o DETRAN/GO, bem como quaisquer terceiros, em razão de ação ou omissão pela CONTRATADA, ou de quem em seu nome agir em cumprimento do presente contrato, independente de qualquer ação judicial;

XII – Apresentar relação de todos os sócios que compõem seu quadro social, no momento da contratação e, durante a vigência do ajuste, sempre que a Administração o requerer.

XIII – Aceitar os acréscimos ou supressões, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual inicialmente previsto, na forma da Lei Fed. Nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO DETRAN/GO

O **DETRAN/GO**, por sua vez, obriga-se a:

I – Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato;

II – Fornecer à CONTRATADA relação dos setores e respectivos responsáveis credenciados para responder pelo contrato;

III – Requisitar expressamente o fornecimento dos produtos, assim como as quantidades, à CONTRATADA, com antecedência de 60 (sessenta) dias;

IV – Indicar a COMISSÃO DE RECEBIMENTO (integrada por servidores do DETRAN/GO) e o GESTOR deste contrato, observando todas as condições contratuais;

V – Providenciar a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Estado, em conformidade com o parágrafo único do artigo 61 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E REAJUSTE

I – O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, tendo como termo inicial a partir do dia publicação do extrato na imprensa oficial, conforme art. 57, Lei Federal nº 8.666/93.

II – A CONTRATADA ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do seu valor inicial atualizado.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

I – O valor total do contrato será de R\$ xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), sendo o valor unitário de R\$ xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

Parágrafo Único – Ao valor total já estão inclusos todos os encargos e despesas necessárias à sua perfeita execução, inclusive gastos com mão-de-obra e frete, sendo o preço fixo e irrevogável salvo nas hipóteses previstas no contrato.

II – O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação do DETRAN/GO, acompanhada de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, com vistas a

manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do § 1º, art. 57, Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Único – No caso do inciso II desta Cláusula, poderá a CONTRATADA, requerer reajuste segundo a variação do IGPM (FGV), ou na falta deste, por outro índice oficial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da execução deste contrato correrá à conta da dotação nº xxxxxxxxxx, Natureza de Despesa nº xxxxxxxxxx, Recurso xxxxxxxxxx, conforme nota de empenho nº de .../.../....., no valor de R\$ (.....), para o presente exercício financeiro.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

É expressamente vedado transferir ou ceder o contrato, no todo ou parte.

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO PAGAMENTO

I – Os produtos deverão ser recebidos pelo DETRAN/GO, até 60 (sessenta) dias após a assinatura do CONTRATO;

II – O recebimento definitivo ocorrerá após aferição da qualidade, e quantidade dos produtos, com aval da Comissão de Recebimento;

III – O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias, do mês subsequente ao da aquisição, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestadas pelo setor competente.

Parágrafo Único – Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no inciso III desta Cláusula passará a ser contado da data da sua reapresentação.

IV – Ocorrendo eventual atraso de pagamento, serão acrescidos juros de mora de 0,5% am, sobre o respectivo valor faturado; como critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento.

V – No ato do pagamento será comprovada perante a Gerência de Finanças, com a apresentação dos documentos hábeis ou por meio do Certificado de Regularidade de Registro Cadastral, a regularidade jurídica e fiscal da CONTRATADA.

VI – Para efeitos de emissão de Nota Fiscal o CNPJ do DETRAN/GO é nº 02.872.448/0001-20.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO

I – A Comissão de Recebimento, será composta por servidores do DETRAN/GO, será nomeada pela Presidência do DETRAN/GO;

II – A Comissão de Recebimento emitirá o competente Atestado de recebimento dos bens entregues sob suas responsabilidades, após a comprovação de execução total, fiel e correta dos produtos entregues, de acordo com as condições fixadas neste contrato e seus Anexos;

III – A Comissão de Recebimento tem poderes para rejeitar, no todo ou em parte, os envelopes de segurança, em desacordo com a descrição contida neste contrato e seus Anexos;

IV – A Comissão de recebimento será constituída por no mínimo 03 (três) membros, dos quais pelo menos 1(um) deverá ser servidor efetivo do DETRAN/GO.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA GESTÃO DO CONTRATO

I – A execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada por um GESTOR DO CONTRATO, especialmente designado, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição;

II – O GESTOR DO CONTRATO, anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

III – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DAS MULTAS E SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

I – A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pelo DETRAN/GO, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do objeto deste contrato, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida, permitindo a Administração à aplicação das sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93.

II – As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

III – A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, além das penalidades previstas no inciso I, poderá acarretar à CONTRATADA multa de mora, de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites:

a) 10 % (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

b) 0,3 % (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não cumprido;

c) 0,7 % (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento, por cada dia subsequente ao trigésimo.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos no artigo 78, e na forma disposta pelo artigo 79 e conseqüências previstas no artigo 80, todos os artigos da Lei Federal nº 8.666/93;

Parágrafo Primeiro – Também poderá ocorrer a rescisão do contrato por conveniência da administração, a qualquer tempo e mediante notificação prévia no prazo mínimo de 10 (dez) dias;

Parágrafo Segundo – O DETRAN/GO se reserva o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto do contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a CONTRATADA terá direito de receber os produtos/serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei nº 8.666/93;

Parágrafo Terceiro – Ficam reconhecidos os direitos do DETRAN/GO em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO FORO

I – Fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia/GO para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação deste Contrato, não resolvidas na esfera administrativa;

II – E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas adiante nominadas.

A N E X O IV - MODELO
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

DECLARAÇÃO

A empresa, CNPJ nº....., endereço: _____, cidade _____ estado _____, **declara**, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DATA E LOCAL _____

Assinatura do Diretor
ou Representante Legal

A N E X O V - M O D E L O**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR**

A empresa, CNPJ nº....., endereço: _____, cidade _____ estado _____, **declara**, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal de 1988 (Lei Federal nº 9.854/99), elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da proponente

DATA E LOCAL _____

Assinatura do Diretor
ou Representante Legal

A N E X O VI**COMPROVANTE DE RECIBO DO EDITAL**

**Pregão Eletrônico nº051/2013– DETRAN/GO
Registro de Preço nº003/2013 – DETRAN/GO
Processo nº 201300025008727**

Senhor Licitante,

Solicitamos a Vossa Senhoria, preencher o **recibo do edital**, remetendo-o à Gerência de Licitações, pelo e-mail licitacao@detran.go.gov.br.

A não remessa do recibo exime a Administração e o Pregoeiro da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

**RECIBO DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 051/2013
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE GOIÁS.**

OBJETO: Registrar Preços em decorrência da necessidade de contratação de empresa especializada para o fornecimento de envelopes de segurança, destinado ao envio de Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos – CRLV aos usuários de serviços do órgão através dos Correios, pelo período de 12 (doze) meses, com entrega trimestral.

Data de Realização: ___/___/_____

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: (____) _____

E-mail: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos, através do site www.detran.go.gov.br, cópia do instrumento convocatório acima identificado.

Data: ___/___/_____

Assinatura do Responsável Legal